

e-ISSN 2675-2816

CABURÉ

Saberes Acadêmicos
Interdisciplinares

V. 3, N. 1 (2024)

O POSICIONAMENTO NORMATIVO DO PROJETO DE LEI Nº 3.325/2020 (ALERJ) CONTRA A “LINGUAGEM NEUTRA”

THE NORMATIVE POSITIONING OF BILL Nº 3.325/2020 (ALERJ) AGAINST
"GENDER-NEUTRAL LANGUAGE"

Eric Araújo Teixeira

Graduando do curso de Letras-Língua Portuguesa, UFAL-Campos do Sertão, Delmiro Gouveia (AL) e participante voluntário no Programa Residência Pedagógica – Subprojeto

Língua Portuguesa.

eric.teixeira@delmiro.ufal.br

Resumo:

O presente artigo pretende refletir sobre o uso do marcador linguístico de “gênero neutro”, “-e”, tal como nas ocorrências “querides” e “alunes”, em uma breve problematização da polêmica gerada a partir de um comunicado emitido pelo colégio tradicional Liceu Franco-Brasileiro, no Rio de Janeiro, às famílias de estudantes, e do posicionamento da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), que apresentou, através dos deputados Anderson Moraes e Márcio Gualberto, do Partido Social Liberal (PSL), um projeto de lei com a pretensão de proibir usos linguísticos inclusivos, tais como os anunciados pelo colégio já mencionado. A reflexão feita no presente trabalho traça uma linha epistemológica pela Linguística Aplicada indisciplinar, a partir de Moita Lopes (2013a; 2013b). Conta com reflexões de Borba (2020), Viscardi (2020), de uma mesa-redonda do Festival de Literatura Pop – FLIPOP (2020), de Bagno (2019) e de Santos Filho (2017), dentre outros estudos da linguagem.

Palavras-chaves: Linguagem neutra. Linguística Aplicada indisciplinar, Alerj, Liceu Franco-Brasileiro.

Abstract:

This article aims to reflect on the use of the “gender-neutral linguistic marker, “-e”, as in the occurrences “querides” and “alunes”, in a brief problematization of the controversy generated by a statement issued by the traditional Liceu Franco-Brasileiro school in Rio de Janeiro to the families of its students, and the position of the Legislative Assembly of Rio de Janeiro (Alerj), which presented, through deputies Anderson Moraes and Márcio Gualberto, of the Partido Social Liberal (PSL), a bill with the intention of prohibiting inclusive linguistic uses, such as those announced by the aforementioned school. The reflection made in this work traces an epistemological line through interdisciplinary Applied Linguistics, based on Moita Lopes (2013a; 2013b). It features reflections by Borba (2020), Viscardi (2020), from a round table at the Pop Literature Festival – FLIPOP (2020), Bagno (2019) and Santos Filho (2017), among other language scholars.

Keywords: Gender-neutral language. Indisciplined applied linguistics. Alerj. Liceu Franco-Brasileiro.

Introdução

No Brasil, estamos diante de um cenário discursivo fervoroso, devido a polêmicas em torno da então chamada “linguagem neutra”. Diante de usos como “querides” e “alunes”, esbarramo-nos nos espaços virtuais e em reportagens jornalísticas, em jornais, revistas, na TV etc., com uma celeuma a partir da qual entramos em contato com diferentes posicionamentos a respeito do uso do “gênero neutro”, “posições” que correspondem a inúmeras noções (ideológicas) de língua.

A demarcação “noções ideológicas de língua” anteriormente feita pode parecer redundante, mas me refiro dessa maneira para dar ênfase aos processos e aos movimentos ideológicos subjacentes à defesa de uma língua, que ressaltam o ponto de vista de quem pesquisa, ou mesmo do sujeito comum, tal como alertou Saussure (1916), no sentido de que é a partir de um ponto de vista que se cria o objeto de que se fala, como no caso do objeto de estudo da Linguística. Para tanto, esse entendimento nos serve nessa discussão como orientação básica para compreendermos que as teorias linguísticas se situam – ideologicamente – na dimensão de um campo de saber, vislumbrando seu objeto de investigação, análise e estudo através da ótica que a corresponda.

Bagno (2019, p.10), a esse respeito, enfatiza que o embate está no ponto de vista, pois, para esse sociolinguista, “É o que explica (e talvez justifique) as constantes polêmicas em torno da linguagem e da língua, as guerras ideológicas (disfarçadas de disputas teóricas) entre as correntes de pensamento linguístico”. Com esse apontamento, compreendemos que as discussões a respeito do “gênero neutro”, ou de uma “linguagem neutra”, de modo geral, não são discussões de caráter pacífico, pois se dão uma na contramão da outra, a partir de visões de mundo e de língua diferentes e divergentes.

Nesse estudo, é essencial tocar nesse aspecto, principalmente, porque no decorrer desse texto vamos problematizar “os pontos de vista” e “posicionamentos” diante da questão (sócio)linguística em destaque, o denominado “gênero neutro”. Para essa discussão, abordamos a ação legislativa na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (doravante Alerj), em 11 de novembro de 2020, que se trata do Projeto de lei nº 3.325/2020, protocolado depois que o colégio tradicional Liceu Franco-Brasileiro, de Laranjeiras, na zona sul do Rio de Janeiro, emitiu um comunicado de que adotaria “linguagem neutra” no seu discurso institucional. O comunicado gerou repercussão entre os familiares e chegou até aos deputados Anderson Morais e Márcio Gualberto, afiliados do Partido Social Liberal (PSL), que protocolaram esse projeto de lei na Alerj, com o intuito de proibir o uso de “linguagem neutra” na grade curricular e nos materiais didáticos nas escolas da rede pública e privada do estado do Rio de Janeiro.

Para essa discussão, este artigo está subdividido em duas partes: inicialmente, situo o amplo caso, trazendo as implicações a respeito da “linguagem neutra”, do “gênero neutro” e do paradigma do “masculino genérico”, dialogando com Borba (2020), Jamilk (2020), Santos Filho (2017) e Viscardi (2020), e trago também as reflexões feitas a partir de uma mesa-redonda do Festival de Literatura Pop – Flipop (2020). Na sequência, apresento a polêmica que se gerou em torno do posicionamento do colégio tradicional Liceu Franco-Brasileiro, considerado mais inclusivo, e o posicionamento de deputados da Alerj, através do mencionado Projeto de lei, que objetiva barrar usos do denominado “gênero neutro”.

Reúno as informações através de matérias midiáticas que trouxeram o caso ao público, bem como da minha participação nessas discussões. Uma dessas matérias midiáticas foi extraída da CNN Brasil e está intitulada “Discussão sobre gênero neutro em colégio tradicional do Rio vai parar na Alerj”, veiculada no dia 12 de novembro de 2020. É nesse bojo de questões que desenvolvo uma reflexão crítica através dos estudos epistemológicos de uma Linguística Aplicada Indisciplinar, abordada por Moita Lopes (2013a), levando em conta um cenário de “discursos emergentes”, a partir de uma noção da língua portuguesa no século XXI, conforme reflexões em Moita Lopes (2013b). Consideramos também a problematização sobre língua, a partir de Bagno (2019).

Mas, o que é “língua(gem) neutra”?

Quando se fala em “gênero neutro” na Língua Portuguesa (doravante LP), na perspectiva de uma “linguagem neutra”, devemos necessariamente considerar o “sistema gramatical de gênero” dessa língua. Ao lançarmos tal olhar de acordo com a “gramática normativa”, como aponta Viscardi (2020), acreditamos que “rearranjos morfológicos” para atribuir o “gênero neutro não existem”, como, por exemplo, na palavra “tod-**e**-s”, caso em que o uso do “-e”, que representaria esse “rearranjo morfológico”, que assumiria a neutralidade de gênero, é recharçado.

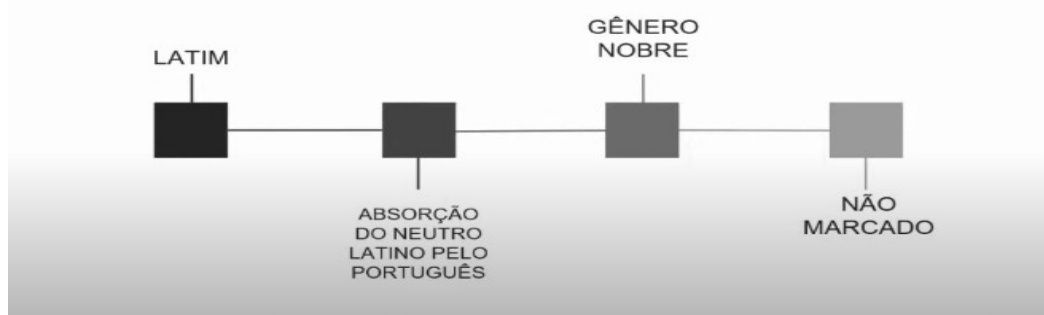
A respeito desse rearranjo morfológico, uma questão que é apontada por Jamilk (2020), doutor em Letras, *youtuber* e defensor da gramática normativa, é a de que nas raízes da LP está o Latim, o que implicaria que nas mudanças durante o desenvolvimento dessa língua o gênero neutro empregado no Latim, por ter uma forma semelhante ao masculino da LP, fundiu-se a ele. Para esse gramático normativo, então, a partir daí, se tem o que conhecemos por “masculino genérico”. O “masculino”, nessa perspectiva, assumiria a neutralidade, pois não teria uma demarcação de gênero. Assim, na palavra “tod-**o**-s”, o morfema gramatical de gênero “-o” já cumpriria o papel de neutralidade, inviabilizando, portanto, rearranjos morfológicos como o apresentado em “tod-**e**-s”. Com base nessa compreensão, Jamilk (2020) considera que o gênero neutro não é uma inovação na LP, pois ele já existiria no seu sistema gramatical. Esse linguista-gramático-normativo, sustenta ainda que há diferenciação entre gênero gramatical e gênero biopsicossocial, pois seriam coisas totalmente diferentes uma da outra.

Por outro lado, Viscardi (2020) faz uma reflexão diferente sobre o uso do “gênero neutro”. Enquanto Jamilk (2020) parte da gramática normativa para refletir acerca das desinências que demarcam o masculino como genérico e entende que somente o feminino faria uma demarcação de gênero, Viscardi (2020), então, pensa além do caráter gramatical normativo. Para essa linguista, o uso do masculino genérico sustenta um binarismo linguístico-identitário. Dessa forma, ela reflete não necessariamente a partir da gramática normativa, ou da língua padrão, mas a respeito do uso da língua em rearranjos morfológicos que contemplem linguisticamente as identidades dos sujeitos. Nesse aspecto, na perspectiva do feminismo, por exemplo, o masculino genérico é incapaz de incluir as mulheres (e toda uma comunidade que é distanciada/excluída linguisticamente), que estaria no lugar do “irrepresentável”, pois o que se tem é uma linguagem com um caráter masculinista.

Para refletir melhor a respeito do “masculino genérico” e do “gênero gramatical e gênero social”, as explicações trazidas por Borba (2020) nos permite

compreender como essas questões se consolidaram ao longo do tempo. Segundo esse linguista (*queer*) aplicado, a marcação linguística do gênero masculino e sua semelhança com o neutro em Latim se concretizou na verdade em um *continuum*, em que o “masculino genérico” assumiu um papel de gênero nobre, prevalecendo diante da demarcação do gênero feminino, noção que depois se efetivou a partir de um discurso científico objetivo, explicações em que o sexismo é apagado/ocultado. É nessa linha que a palavra “tod-o-s” prevalece sobre “tod-a-s” e “tod-e-s” e o masculino passa a ser tornado “não marcado”, conforme o *continuum* no quadro abaixo, mostrado por Borba (2020):

Figura 1: Esquema que mostra o *continuum* no qual o marcador de gênero masculino se torna “nobre” e “não marcado”.



Fonte: Borba (2020).

Assim, a questão do uso de “gênero neutro” vai além da gramática normativa e de explicações como as de Jamilk (2020), como defendem Borba (2020) e Viscardi (2020), por exemplo. Com essa abordagem histórica, mostrando o *continuum* da figuração de gênero neutro do Latim à LP, Borba (2020) nos orienta para o fato de que o gênero gramatical e o gênero social se relacionam no nível cognitivo, no sentido de que a compreensão de gênero social se imprime no entendimento sobre gênero gramatical, seja no masculino como gênero nobre, seja no masculino como não marcado. Desse modo, quando olhamos para as comunidades que fazem uso do “gênero neutro”, para não somente validar suas identidades, mas também para romper com o binarismo e sexismo nos usos linguísticos, que contribuem para o apagamento desses sujeitos, percebemos que há sim um movimento que implica a existência de tal uso. A demanda por uma “linguagem neutra” também implica na normalização do “gênero neutro”.

Como já enfatizado, o “gênero neutro” é um rearranjo morfológico que acarreta mudanças morfológicas que não acentuem um gênero ou outro, nem o masculino nem o feminino, como, por exemplo, para a substituição dos pronomes “ele ou ela” usar pronomes como “ile” ou “elu”, recursos gramaticais que já são usados por alguns grupos de pessoas trans não-binárias. Nesse sentido, na discussão, é importante ter em mente de qual perspectiva se fala sobre o assunto e o que se leva em consideração acerca do “gênero neutro” e de fatores externos a ele relacionados.

Socialmente, podemos dizer que há uma demanda por uma “linguagem neutra”, no cenário atual, que pretende repensar e problematizar os usos

linguísticos em prol de uma linguagem mais abrangente, de “uma linguagem para todes”, expressão que foi usada como tema de uma mesa-redonda no Festival de Literatura Pop (Flipop) neste ano, que contou com a mediação de Naná DeLuca (jornalista, educador popular e escritor), com a participação de Pri Bertucci (artista social, educador e pesquisador da área de diversidade), com Hailey Kaas (tradutora e escritora (trans)feminista) e com Koda Gabriel (escritore não-binário). Na mesa, argumentaram que todas as vozes devem ter espaço na literatura, e que, pensando nisto, coloca-se a questão da “linguagem neutra” em jogo, refletindo seu uso não somente nos rearranjos morfológicos, mas no que já há na língua para ser usado de forma que não marque gênero.

Nessa reflexão, Kaas (2020) destaca que a “linguagem neutra” é um projeto político não sexista e não binarista que questiona a forma como o mundo se divide entre masculino e feminino. Nesse sentido, a “linguagem neutra” busca romper com esse paradigma binário, pensando não somente na gramática escrita, mas também na gramática oral. Para essa (trans)feminista, a linguagem neutra é uma forma de repensarmos a língua(gem), objetivando uma forma mais inclusiva. É válido ressaltar que cabe aqui compreendermos que a “linguagem neutra” é, conforme sempre menciona o professor doutor Ismar Inácio dos Santos Filho, em aula, uma demanda linguístico-identitária, contrária à questão do “masculino genérico”. Tratando disto, Viscardi (2020) nos alerta sobre o fato de que ao longo do tempo o que se tem por “masculino genérico” não é visto como elemento que de fato determina neutralidade de gênero no seu uso.

Assim, para além do olhar gramatical normativo, a partir de Santos Filho (2017), trazemos uma reflexão acerca da abordagem linguística modernista, para quem, nessa abordagem, levamos em consideração as proposições de Saussure (1916), sobre a língua, entendida como um sistema psíquico, virtual e coletivo, que é aprendido e validado através da relação desses signos em coletividade, no qual um signo se relaciona com o outro, em oposição ou comutação, sendo seu valor atribuído pela negatividade. Essa abordagem é importante para refletirmos sobre o paradigma de gênero no sistema gramatical em LP. Conforme Santos Filho (2017),

Nesse caso, os valores em “todos” só se efetivam em oposição à “todas”, visto que o morfema “-o” só tem seu valor construído de marcação do gênero masculino em oposição ao morfema “-a”, que marca nessa oposição o gênero feminino. Logo, o valor do signo é constituído pelas diferenças, pela negatividade, não pela positividade. (Santos Filho, 2017, p.10).

Dessa forma, compreendemos que, na perspectiva da linguística modernista, o sistema gramatical de gênero está vinculado aos valores de signos em um sistema linear de dois eixos. Nesse, no eixo vertical, é demarcada a oposição, a ausência, como em “-o” em relação ao “-a”, e no eixo horizontal é demarcada a presença, a combinação, como em “tod-o/a-s”. Essa compreensão influenciou os estudos linguísticos, gerando o que Borba (2020) denominou de estudos científicos com caráter de objetividade. Nessa direção, temos o apontamento de Santos Filho (2017):

A esse respeito, dada a perspectiva de a língua ser encarada como só constituída na consciência coletiva, há linguistas

que rejeitam outros arranjos linguísticos, a exemplo do uso da palavra “todes”, na qual o /e/ assume o lugar de um morfema (“-e”), quando em comutação com as palavras “todos” e “todas”, tendo seu valor relativo ao lugar e à posição com os morfemas “-o” e “-a”, morfemas que figuram gênero masculino e feminino, respectivamente, nessa posição; logo, pelas negatitudes, não marcaria nem o gênero masculino, tampouco o gênero feminino (...) (Santos Filho, 2017, p.11)

Porém, quando observamos a questão pela perspectiva enunciativa, considerando Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004), Santos Filho (2017) nos leva a entender que a partir de uma “Metalinguística ou Translinguística” é essencial para o/a linguista compreender os usos linguísticos no mundo dos significados, abrangendo, portanto, a posição ideológica na inter-relação. Ou seja, segundo Santos Filho (2017), para esses filósofos da linguagem, é relevante consideramos que os efeitos de sentidos que se propagam a partir dos signos têm caráter ideológico. Dessa forma, “Por essa postura epistemológica, a língua está diretamente relacionada à vida, não ficando à noção de gênero restrita à de gênero linguístico” (Santos Filho, 2017, p. 15). É possível dizermos que as discussões de Viscardi (2020) e de Borba (2020) dialogam com essa compreensão bakhtiniana.

Considerando esses apontamentos, quando falamos em “gênero neutro” também falamos a respeito da identidade e da vida de sujeitos, pois, a língua(gem) está atrelada à vida, aos fatores sociais, históricos, culturais e políticos de uma sociedade, no entendimento de que os sujeitos se manifestam ideologicamente através da linguagem. Portanto, não se separa língua de sujeito, e quando falamos a respeito do “gênero neutro”, “todes” ou qualquer outro rearranjo morfológico nesse viés está imbuído de um ato político, contrário à ideia de um sistema opressor que apaga e silencia pessoas.

Dados tais posicionamentos, compreendemos que uma língua não é um sistema autônomo, pois varia e muda (Bagno, 2019), de acordo com as práticas e os usos da linguagem em diferentes espaços e em diferentes tempos. Logo, é importante ressaltar que nenhuma concepção de língua é privada de ideologia, isto é, não se tem uma concepção que seja neutra, conforme bem explica Moita Lopes (2013b, p.104), para quem “As teorizações linguísticas são, claro, invenções ou construções sociais derivadas de ideologias particulares, como outros discursos quaisquer, com os quais agimos no mundo social”. A respeito da visão de linguagem modernista, tal como nas ideias de Jamilk (2020), na gramática normativa, e em Saussure, na linguística modernista, Moita Lopes (2013a) argumenta que tais concepções estão engendradas no ideal de pureza linguística, de língua autônoma e transparente, funcionando para manter as desigualdades de classe social, de raça, de gênero.

No caso do gênero neutro, tal como o posicionamento da gramática normativa e da linguística modernista, entendemos com Bagno (2019), que

Se recusar a ‘adequar’ sua linguagem ao que uma restrita parcela da sociedade exige e espera é mais uma frente de batalha na guerra pela liberdade de existir, pela ocupação dos lugares sociais que são delas e deles de direito e que sempre lhes têm sido negados (Bagno, 2019, p.16).

Assim até aqui, vimos diferentes e divergentes posicionamentos, estudos que servirão para nossa principal discussão, referente ao Projeto de lei nº 3.325/2020, que é tratado a seguir.

O posicionamento normativo da Alerj contra a “linguagem neutra”

O colégio Liceu Franco-Brasileiro, que fica na zona sul do Rio de Janeiro e, segundo apresenta, tem uma visão constituída pelo comprometimento com a educação para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Por isso, emitiu um comunicado à comunidade escolar no qual ressalta a valorização do respeito à diversidade e às diferenças em seu ambiente escolar. Nesse documento, anuncia, então, “a adoção de **estratégias gramaticais de neutralização de gênero**” nos “espaços formais e informais de aprendizagem”. Conforme argumenta, a intenção é promover **o combate a usos linguísticos vinculados ao machismo e sexismo no discurso**. Dessa forma, o objetivo do colégio é, segundo propõe, abrir espaço para **acolher e ouvir a voz desses sujeitos**, contemplando o maior número possível. A escola ainda reitera que não configura tal adoção como obrigatória e não necessariamente vai abandonar a **normatividade linguística**, pois se trata de um convite à reflexão desses usos “afim de promover uma **cultura escolar baseada em princípios de tolerância, inclusão e paz**”. As marcações em negrito são destaques meus.

Sobre esse caso, a CNN Brasil veiculou uma reportagem em 12 de novembro de 2020 em que informa que esse caso teve grande repercussão entre pais, mães e responsáveis por estudantes e que acabou chamando a atenção de dois deputados estaduais do Rio de Janeiro, do Partido Social Liberal (PSL), Anderson Moraes e Márcio Gualberto, que protocolaram o Projeto de lei nº 3.325/2020, publicado no mesmo dia em que a reportagem foi veiculada.

Conforme a reportagem e o próprio documento legislativo, o referido Projeto de lei “estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do estado do Rio de Janeiro ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as **normas e orientações legais de ensino**, na forma que menciona”. São mencionadas na proposição dos deputados “medidas protetivas” ao direito dos estudantes, posição em que fica claro que a proteção é contra a linguagem neutra, tal como disposto no texto, que expressamente sustenta: “**Art. 3º** - Fica expressamente **proibida a denominada ‘linguagem neutra’** na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos”.

No decorrer de todo o texto do projeto de lei, podemos inferir que essa proposta de lei sustenta que o direito do estudante (no masculino genérico) está pautado no aprendizado único de uma língua portuguesa padrão. Desse modo, visa toda uma proteção, sendo possível punição às instituições que a violarem, entendendo que a linguagem neutra é “destoante” e que seria inviável para o desenvolvimento social da população brasileira. Outro ponto abordado no projeto de lei, também em relação à proteção da língua padrão e ao direito do estudante no seu desenvolvimento pleno pautado nas orientações nacionais de educação, é mencionado, já no final do texto, da seguinte forma:

Excerto 1 de texto:

Desta forma, o presente projeto de lei objetiva garantir tal direito, para que **nossa língua portuguesa seja preservada de questões ideológicas**, assim como o direito a um ensino qualificado dos estudos e profissionais sejam tutelados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro [Destaque meu] (ALEJR, (RJ), 2020).

Considerando os posicionamentos do colégio e dos deputados, no referido projeto de lei notamos que é elementar, tal como me posicionei desde o primeiro ponto deste trabalho, refletirmos sobre a ideologia na defesa de uma noção de língua como um processo relacionado ao sujeito e seu ponto de vista, sua noção de mundo e de sociedade, tal como refletido por Viscardi (2020), na mesa do FLIPOP (2020), em Bagno (2019), em Borba (2020), em Santos Filho (2017) e em Moita Lopes (2013a; 2013b), por exemplo, que entendem que as ideologias perpassam/transitam nas comunidades e emergem delas nos seus discursos, e que, no caso do gênero neutro, há, por parte da comunidade de pessoas trans não binárias, conforme as discussões no FLIPOP (2020), e por parte do colégio Liceu Franco-Brasileiro, a reivindicação de um reconhecimento linguístico-identitário, rompendo um paradigma de gênero respaldado em um ideal de pureza.

Nesse sentido, o colégio aponta para a ideia, conforme bell hooks (2013, p. 223) [escrito em minúsculo mesmo] de que “Como o desejo, a língua rebenta, se recusa a estar contida dentro de fronteiras”. Dessa forma, o colégio tende a reiterar a compreensão de que, tal como discutiu Bagno (2019), diante da recusa de uma adaptação nas formas de usar e pensar a linguagem, de acordo com uma demanda mais inclusiva, é iminente que surja uma batalha pela liberdade de existir.

Pensando nesses apontamentos, e na emergente “linguagem neutra”, deparamo-nos com a necessidade de (re)teorizar a noção de língua, como Moita Lopes (2013a; 2013b) enfatiza, pois é a partir das práticas que se tece uma teoria. Então, conforme argumenta, “é crucial discutir se vamos continuar encarando as línguas como sistemas autônomos, apagando o sujeito social, suas marcas sócio-históricas e ideológicas em seu corpo – e os sofrimentos ou vantagens que acarretam” (Moita Lopes, 2013b, p.105). Com essa posição de “enfrentamento” teórico, propõe que é elementar pensar em uma reconfiguração dos moldes do campo da linguagem, bem como nos modos de organizar e pensar a sociedade. Para esse linguista aplicado, esse é um papel importante dentro da Linguística Aplicada Indisciplinar, que se preocupa em ir além das formalidades da linguagem e busca conectar-se às práticas sociais emergentes do mundo moderno.

Nessa direção, a Linguística Aplicada indisciplinar se insere politicamente no meio social, nas práticas sociais, com o pensamento de que para se produzir conhecimento é necessário implicar mudanças profundas. Nesse campo de estudos linguístico-discursivos, a língua é pensada na vida social, nos seus usos e práticas e que, dadas as questões sociolinguísticas, em um “mundo da mobilidade linguística-textual” faz-se necessário abordar esses rearranjos sociais (e linguísticos) em transição “com uma caixa adequada de ferramentas, reconhecendo que o vocabulário tradicional da análise linguística não é mais suficiente” (Moita Lopes, 2013a). De tal modo, é necessário (re)teorizar, (re)pensar os conhecimentos que se tem sobre o “gênero neutro”. Tal reflexão nos dá um suporte teórico baseado

nas observações da “linguagem neutra” e nas implicações políticas e sociais que estão agregadas à essa discussão e nos permite abordar tal assunto com mais propriedade, além de ampliar os conhecimentos e compreensões a seu respeito, evitando, assim, uma mistificação ou uma ótica muito superficial para um assunto tão denso quanto este, quanto à assumida pelos deputados que propuseram o mencionado projeto de lei.

Então, percebemos que essas argumentações questionam as ideias propostas no projeto de lei mencionado, bem como pode gerar e dividir opiniões. Assim, podemos interpretar que a proposta de lei é baseada no princípio de uma língua padrão, de uma língua pura, o que nos leva a compreender que, por ter esse imaginário, tal noção de língua não está desprovida de ideologia, visto que é uma concepção de língua que se relaciona com os ideais modernistas e fundamentalistas, conforme Moita Lopes (2013a; 2013b). Por posicionamentos como esse dos dois deputados da Alejr, a Linguística Aplicada está aí para servir como aparato e trazer à tona essas questões, observando, estudando e (re)teorizando essa mobilidade linguística-textual, não para explicá-la, em si e por si, mas para criar inteligibilidade acerca da vida social, interpretando as práticas discursivas.

Considerações

As polêmicas geradas, e que ainda vão surgir, em relação ao uso da “linguagem neutra” e sua relação com o ensino e a aprendizagem de LP, colocam-nos frente a uma guerra linguística, não contra a língua em si, jamais contra ela, mas em posições contrárias sobre a vida, sobre o mundo, em defesa de ideologias diferentes, marcadas pela construção sócio-histórica-cultural do sujeito.

Desse modo, se de um lado temos um fulgor que perdura uma conservação utópica de teorias formais, gramático-prescritivas, de outro, transversalmente, encarando a sociedade em sua fluidez, temos uma teorização que perpassa vários caminhos epistemológicos, como é o caso da Linguística Aplicada Indisciplinar, o que deixa o legado de que devemos olhar para a língua de vários campos epistemológicos e também para como ela se move através dos sujeitos. Logo, devemos “redefinir nosso campo de trabalho tendo em vista as mudanças sociais que estamos **enfrentando**” [destaque meu] (Moita Lopes, 2013b, p.112).

Assim, consideramos que as discussões do ponto de vista gramatical normativo se limitam a prescrever regras que distinguem o que é “certo” e “errado”. De outro modo, consideramos que é importante considerarmos os sujeitos que operam a língua nas suas comunidades, já que temos consciência de uma vasta variação da língua portuguesa, no sentido de que cada comunidade, ou via de acesso para texto escrito (ou mesmo oral se considerarmos as redes sociais com *chats*), tem um jeito particular de manifestação da linguagem. Isso é o indício de que o certo e o errado restam apenas para os sistemas prescritivos. Logo, é de fundamental importância ponderarmos que a língua passou e continuará passando por mudanças e que algumas delas vão encontrar um lugar como “norma gramatical”, já que na nossa sociedade o princípio da coletividade valida seus usos, e outros não. Mas, esse último aspecto não deve ser o nosso Norte.

Finalizo dizendo que o Projeto de lei nº 3.325/2020 é o reflexo dos ideais modernistas, nos quais a gramática normativa assume um papel no topo desse paradigma, tal como é para Jamilk (2020), que, a partir de seu pensamento,

constrói fronteiras ao redor dos usos da língua portuguesa, dissipando realidades, numa tentativa de manter o ideal de língua pura, de manter determinados sujeitos como modelos ideais. Porém, devemos argumentar que nesse padrão não cabe uma língua pulsante, com seu movimento que é além das margens, transitando até mesmo no transidiomático, transgredindo de um sistema fechado para um cenário multiculturalista, repleto de diversidade. Sobre a língua, mesmo que se queira, não se tem controle. Resta-nos observá-la e, como estudantes dela, interpretar seus usos.

Referências

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – Alerj - **Projeto de lei Nº 3325/2020** – Disponível

:http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/22e138b53c70ad770325861d005d40a9?OpenDocument#_Section1. Acesso em: 10 novembro 2020.

BAGNO, Marcos. Primeiras palavras - A norma culta que se lasque! In, BAGNO, Marcos. **Objeto língua**. São Paulo: Parábola, 2019 p. 9-16.

BORBA, Rodrigo, - **Linguagem neutra, ansiedades cisgêneras e a pragmática da recusa** – V Simpósio Nacional sobre Discurso, Identidade e Sociedade; Associação de Linguística Aplicada do Brasil – ALAB, 2020. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=BQ_PGwHFvLg. Acesso em: 10 dezembro 2020.

BERTUCCI, Pri; DELUCA, Naná; GABRIEL, Koda; KAAS, Hailey. **Uma linguagem para todos**. Festival de Literatura Pop - FLIPOP; Editora Seguinte, 2020.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERLrqGY-3jU&t=223s>
Acesso em dezembro de 2020. Acesso em: 10 dezembro 2020.

JANONE, Lucas; COUTO, Camille. **Discussão sobre gênero neutro em colégio tradicional do Rio vai parar na Alerj**. CNN Brasil reportagem. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/discussao-sobre-genero-neutro-em-colegio-tradicional-do-rio-vai-parar-na-alerj/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20comunicado,o%20sistema%20bin%C3%A1rio%20de%20g%C3%AAnero%E2%80%9D.&text=O%20comunicado%20causou%20grande%20pol%C3%AAmica,Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e%20Justi%C3%A7a%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o>.

Acesso em: 10 novembro de 2020.

hooks, bell. A língua: ensinando novos mundos/novas palavras. In. hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2013, p. 223-233.

Jamilk, Pablo. **Pronome Neutro - todos, todxs, tod@s**. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yA8bZ380_XQ&t=51s Acesso em: 10 novembro 2020.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **II Ciclo de Diálogos em Linguística Aplicada - Instituto de Estudos da Linguagem - IEL – UNICAMP, 2013^a**. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=bWFAkLwTMM8> . Acesso em: 10 novembro 2020.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013b, p. 101-119.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **100 anos do curso de linguística geral: na construção da linguística “diálogos” com Saussure** – 2017 (apostilha).

VISCARDI, Jana - **8 polêmicas sobre gênero neutro na língua | Jana Viscardi**. Youtube, 2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=TMNBbsV8LKc&t=4s> Acesso em: 10 novembro 2020.

Delmiro Gouveia (AL), 15 de dezembro de 2020.